



## PREFÁCIO

A Revista da Faculdade de Direito da UFRGS lança o seu primeiro número especial após a digitalização e passagem para o sistema de edição de periódicos SEER. Esse número reforça a adequação às normas dos periódicos jurídicos e à publicação de trabalhos recebidos. Ele também representa um novo momento na revista. Apesar da implantação do sistema digital há cerca de um ano, agora o periódico já se encontra em condições de ampliar sua publicação – e isso se dá em função de três fatores diferentes.

O primeiro fator é a adequação geral às normas do QUALIS. Diversos requisitos foram cumpridos ao longo de 2016, como a indexação no Google e em outras indexadoras, as alterações no fluxo de recebimento e no edital de seleção. E na medida em que a integralidade das normas foi sendo cumprida, a revista pôde se voltar mais a receber os artigos e se dedicar com foco na tarefa principal – a de avaliar e publicar obras científicas.

O segundo fator foi o número de submissões. Esse número especial se tornou viável em função do crescimento de artigos submetidos. E, em si, um número maior já é positivo, mas não houve apenas um aumento quantitativo. O número de artigos de professores doutores e de mestres aumentou bastante, permitindo que a revista publique cada vez mais pesquisas integradas às discussões acadêmicas. A revista segue as normas do QUALIS, que exige um alto grau de doutores publicados, mas tem podido não apenas respeitar os índices, como também se preocupar com a publicação de trabalhos de diversas regiões do país e sobre temas de grande atualidade.

O terceiro fator são os avaliadores. Ao longo do ano, o número de avaliadores aumentou e, felizmente, contamos com uma taxa de resposta muito alta dos avaliadores indicados para os trabalhos. Essa conjuntura permite que tenham sido recebidos e avaliados quase uma centena de trabalhos em apenas um ano. Um feito importante para uma revista que há tão pouco tempo se adaptou às regras e às exigências do método de duplo cego em avaliações.

Assim, a revista lança mais um número, vindo a publicar ainda mais autores que confiaram no periódico para a veiculação de suas obras. No mesmo sentido, continuamos buscando aprimorar o





cumprimento às normas éticas e às diretrizes estabelecidas aos periódicos, sempre visando contribuir com um diálogo sério e de bom nível.

Ao longo do ano, também foram digitalizados os números anteriores da revista. Esse processo continua sendo realizado e poderá ser concluído ainda em 2017, antes do planejado. Essa digitalização só tem sido possível por meio de um trabalho conjunto com a Reitoria de Extensão da universidade, a quem reforçamos nossos agradecimentos e desejos de continuar tal parceria.

Sobre os artigos do número, temos dois convidados. Um deles é o professor Luigi Nuzzo, da Università del Salento. A obra “Memória, identidade e uso público da história: a invenção do Direito “Indiano” (hispano-colonial)”, com tradução inédita para o português, ajuda a clarear a origem do crescente campo do Direito Indiano. Trata-se de tema caro ao Brasil, que é menos integrado ao restante da América Latina no que toca ao assunto. O segundo convidado é Jesús Ballesteros, professor catedrático da Universitat de València, que defende em seu artigo argumentos contra a financeirização da economia e a mercantilização da sociedade a partir da análise de autores clássicos e de considerações da crise econômica que afetou a economia global a partir de 2007.

Além disso, temos ainda 13 artigos recebidos de autores que passaram pela dupla avaliação cega. Podemos ressaltar, em especial, que mais de 90% desses autores são de outras unidades da federação ou outros países. É um patamar inédito de exogenia, resultado da expansão das submissões. Com ele, a revista indica estar na feliz posição de ser um periódico integrado e aceito pelos autores nacionalmente.

Os temas dos artigos submetidos tratam de história, sociologia e áreas como Direito Ambiental, Direito Administrativo, Direito de Família, Direito Internacional Público, Direito Processual Civil e Direito da Criança e do Adolescente. As discussões encaram temas relevantes, como o papel do Supremo Tribunal Federal e o controle dos atos políticos, o neoconstitucionalismo, a judicialização da política, debates envolvendo autores como Alexy, Ehrlich, a lei de Testamento Vital em Portugal e diversos outros temas.

Desejamos a todos uma boa leitura. Esperamos que as obras aqui publicadas possam contribuir ao debate de ideias em que se inserem. E que a revista continue, em 2017, a fortalecer seu funcionamento, mantendo sua periodicidade e permanecendo como um veículo importante para a divulgação do pensamento de juristas e pesquisadores de todo o Brasil.





Porto Alegre, 31 de dezembro de 2016.

Prof. Dr. Carlos Silveira Noronha  
Editor-chefe

Prof. Dr. Alfredo de Jesus Dal Molin Flores  
Editor-Adjunto

Prof. Dr. Gustavo Castagna Machado  
Prof. Dr. Wagner Silveira Feloniuk  
Doutorando Kenny Sontag  
Mestrando Pedro Prazeres Fraga Pereira  
Graduando Augusto Sperb Machado  
Editores-Executivos

